

# A expansão do conhecimento científico na Amazônia: desdobramentos do projeto de interiorização do ensino federal superior da Unifesspa

*The expansion of scientific knowledge to the Amazon: ramifications of the Unifesspa federal higher education interiorization project*

Rafael Gonçalves Gumiero<sup>1</sup>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6193-8698>; Sérgio Moreno Redón<sup>2</sup>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-413X>; Ana Maria Lopes Tigre<sup>3</sup>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0931-6373>; Gustavo Fernandes<sup>4</sup>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8356-3639>

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), ambos do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil. E-mail: [gumiero84@gmail.com](mailto:gumiero84@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM), ambos do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em "Dinámicas Urbanas y Organización del Territorio" em Geografía pela Universitat de Barcelona, Espanha. Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil. E-mail: [smredon@unifesspa.edu.br](mailto:smredon@unifesspa.edu.br)

<sup>3</sup> Cursa Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Atualmente, é bolsista vinculada ao Laboratório de Contas Regionais da Amazônia (Lacam). Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil. E-mail: [anaticremaria@unifesspa.edu.br](mailto:anaticremaria@unifesspa.edu.br)

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Brasil. E-mail: [gt.gustavo15@gmail.com](mailto:gt.gustavo15@gmail.com)

## Resumo

A interiorização do ensino superior na Amazônia pelo Reuni ocorreu de forma tardia, com a criação da UFOPA em 2008, e da Unifesspa, em 2013. O objetivo deste artigo é fazer um balanço sobre a produção de conhecimento científico que foi realizada pela Unifesspa em Marabá, considerando as publicações das temáticas das grandes áreas das ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, especificamente as nomenclaturas conceituais de desigualdades e urbanização, com o recorte temporal de 1955 até 2019. A metodologia aplicada perpassou pela coleta de dados do Censo do Ensino Superior, do INEP, e a consulta em plataformas digitais, Periódicos da Capes, Google Scholar, periódicos científicos, e de bibliotecas digitais de universidades sobre o referido município. Conclui-se que após a implementação da Unifesspa houve uma ampliação da produção científica, o qual indica que a inserção dessa universidade federal gerou pesquisas acerca das problemáticas locais, tais como a urbanização e as desigualdades socioeconômicas em Marabá, evidenciando um dos processos da influência da universidade na região.

**Palavras-chave:** interiorização da educação superior; Unifesspa; Marabá; urbanização; desigualdades socioeconômicas.

## Abstract

The internalization of higher education in the Amazon by Reuni took place recently, with the creation of UFOPA in 2008 and Unifesspa in 2013. The objective of the research was to take stock of the scientific production carried out by Unifesspa about Marabá, including the topics of inequality and urbanization within the major areas of humanities, social and applied sciences, between 1955 and 2019. The methodology applied involved the collection of data from the Higher Education Census, from INEP, and a systematic review on digital platforms, Portal de Periódicos Capes, Google Scholar, and digital libraries of universities about the aforementioned municipality. It is concluded that after the implementation of Unifesspa there was an expansion of scientific production, which indicates that the creation of this federal university generated research on local problems, such as urbanization and socioeconomic inequalities in Marabá, evidencing one processes of university's influence on the region.

**Keywords:** expansion of higher education; Unifesspa; Marabá; urbanization; socioeconomic inequalities.

**Citation:** Gumiero, R.G., Redón, S.M., Tigre, A.M.L., & Fernandes, G. (2023). A expansão do conhecimento científico na Amazônia: desdobramentos do projeto de interiorização do ensino federal superior da Unifesspa. *Gestão & Regionalidade*, 39, e20237999. <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237999>



## INTRODUÇÃO

A trajetória do ensino superior federal no Brasil pode ser descrita em diferentes momentos: a) em 1808, com a vinda da família real para o Brasil colônia que colaborou para o surgimento de instituições de ensino superior (IES) de formas isoladas; b) em 1931 houve o surgimento da Universidade Estadual de São Paulo (USP), e em 1935 a criação da Universidade do Distrito Federal (no Rio de Janeiro) e das Universidades Católicas; b) no período de 1945 até 1964 foram criadas 22 novas universidades federais, instaladas nas capitais de cada unidade federativa; c) em 1968, foi aprovada a Lei número 5.540/68, da Reforma Universitária, que ampliou para 109 os IES nos anos 1980; d) em 1995 a conversão do Conselho Federal de Educação para o Conselho Nacional de Educação e o Financiamento Estudantil (FIES); e) a partir de 2007 houve a expansão das Universidades Federais pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e ações para o setor privado como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Zambello, 2013).

Nas diferentes fases de implementação descritas do ensino superior federal no Brasil, as novas universidades enfrentaram a problemática da sua inserção regional. A implementação da universidade na região implica em estabelecer um equilíbrio entre a formulação de conhecimento científico mediados pelas propostas de superação dos problemas da comunidade local. A produção do conhecimento científico deve resultar do diálogo com a população, por meio das demandas da comunidade local e a universidade, no desenho de um projeto republicano para o desenvolvimento (Serra & Rolim, 2013).

O enfoque sobre o ensino superior como formulador de conhecimento reveste-se de importância. Segundo Santos (1996) os centros de pesquisa e inovação são propulsores das novas tecnologias, e vetores para redução das diferenças existentes entre as instituições localizadas em grandes metrópoles ou em pequenas cidades. De modo que as cidades podem ser posicionadas como relevantes neste cálculo racional institucional por abrigar as instituições de ensino e pesquisa. O surgimento de novas instituições no processo de interiorização do ensino superior é uma chave estratégica para a propagação da competitividade econômica e do desenvolvimento de regiões.

Segundo o autor referido, a universidade pública é uma instituição que pode colaborar com o projeto de desenvolvimento. Ela deve ser posicionada como mediadora das demandas dos movimentos sociais do território, no qual a sua implantação pode conciliar efeitos de redistribuição com os de reconhecimento, por meio de ações afirmativas (negros, povos indígenas, população de baixa renda, refugiados políticos) (Santos, 1996).

Dentre esses momentos na trajetória do ensino superior no Brasil, neste artigo, iremos abordar as ações do REUNI, em específico para o interior da Amazônia, com enfoque ao caso da implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) em Marabá, no Pará. A expansão do ensino superior federal ocorreu de forma dispare na Amazônia, se comparada às outras regiões do Brasil. Dentre as experiências de implementação e interiorização de novas universidades federais nessa região, ocorreram apenas os casos da Unifesspa e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), ambas no Pará.

A justificativa para a escolha do estudo de caso da Unifesspa, em Marabá, se reveste de importância, dado que é a universidade federal mais jovem da Amazônia, inaugurada em 2013. Uma segunda justificativa é devido aos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com médias inferiores às estadual e nacional. Segundo os dados do Atlas Brasil, a classificação do IDHM, nos anos de 1991 e 2000, classificou o município de Marabá respectivamente em 0,401 e 0,536, na faixa de muito baixo ou baixo desenvolvimento e apenas em 2010 alcançou a categoria médio, 0,668. Apesar do aumento do IDHM do estado do Pará ao longo dos anos, ao analisar o ranking do IDHM por estados, o Pará caiu no ranking, ocupou



em 1991 a 17ª posição, em 2000 a 19ª posição e em 2010 a 24ª, empatada com o Piauí. Em síntese, o IDHM em Marabá superou a média estadual em 2010, porém, permaneceu inferior se comparada ao ranking da média nacional, quais sejam, 0,493, em 1991, 0,612, em 2000, e 0,727, em 2010<sup>1</sup>.

Nesse contexto, de inserção tardia da instituição federal de ensino superior (UFES) no interior do Pará, busca-se compreender como o arranjo institucional formado pelos cursos de graduação e pós-graduação está posicionando temas caros ao debate para o desenvolvimento, e que podem ser considerados como estratégicas agendas de pesquisas em torno dos temas de desigualdades e urbanização, subsidiando e apontando pistas em relação à formulação de diagnósticos de políticas públicas para superação das assimetrias territoriais.

Marabá é um município posicionado como estratégico pela sua formação, pelos processos de modernização econômica e de integração territorial com o Brasil, assumindo a nomenclatura de cidade média considerada pelo IBGE como uma capital regional C, com uma influência direta sobre 23 municípios ao seu redor (IBGE, 2020).

A formação da malha municipal no Pará ocorreu paralelamente à geração dos *royalties* gestados pela instalação de grandes projetos de infraestrutura, como o Programa Grande Carajás (PGC) e a Hidrelétrica de Tucuruí, nos anos 1980, o que estimulou a criação de novos municípios e a (re)organização dos interesses das frações de classes sociais, influenciando a formação espacial de Marabá, que reduziu sua extensão territorial ao longo desse tempo. O programa Polamazônia Carajás teve importante função na reestruturação socioespacial na região de Carajás, pois não apenas mobilizou recursos para implementação de infraestruturas e polarizou recursos para os empreendimentos mineradores, mas impulsionou uma massa de migrantes com objetivo de ampliar a oferta de mão de obra, nas novas frentes de trabalho. A sucessão e coexistência das oligarquias dos castanhais pela entrada em cena de novos agentes como empresários, fazendeiros, migrantes e colonos modificou a tônica das fricções entre a disputa pelo poder territorial, agora aninhada em grandes projetos de mineração, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e os movimentos sociais (Souza, 2015).

A centralidade da cidade procede do projeto de modernização da urbanização em Marabá, gestado pelo governo federal na década de 1970 e pode ser resultante de dois aspectos atuantes como vetores na urbanização e da sua importância regional. A implantação de um novo núcleo urbano, a Nova Marabá, em conjunto com o desenvolvimento do polo multimodal, constituído pela área portuária, sede de aeroporto regional, entroncamento das rodovias PA-150 e BR-230, e ponto logístico da Ferrovia Carajás, alinhado aos novos projetos relacionados aos recursos naturais em Marabá, como foi aventado pelos projetos ALPA (Vale) e ALINE (Sinobrás) (Melo, 2015).

O objetivo deste artigo é fazer um balanço sobre a produção de conhecimento científico que foi realizada sobre o município de Marabá, considerando as publicações das temáticas das grandes áreas das ciências humanas, ciências sociais e aplicadas, especificamente as nomenclaturas conceituais de desigualdades e urbanização, com o recorte temporal de 1955 até 2019. Esse balanço busca compreender como a formação da agenda de pesquisas de produções científicas da Unifesspa impactou em diagnósticos acerca dos problemas para o desenvolvimento territorial.

O percurso aplicado neste artigo para a investigação proposta, perpassou pela análise dos documentos institucionais relacionados à expansão do REUNI e da Unifesspa: *Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*, de 2009, e *Universidade, Expandir até ficar do tamanho do Brasil*, de 2009, ambos do Ministério da Educação, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019 formulado pela Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da Unifesspa. Foram consultados dados do Censo do Ensino Superior no Instituto Nacional de

<sup>1</sup> Fonte: IBGE. Consultado em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>



Ensino Superior (INEP) e pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) da Unifesspa. Esses movimentos de análise apresentaram a implantação da Unifesspa em Marabá e a ampliação do capital humano direcionado à formulação de pesquisas científicas.

Os dados coletados foram realizados em plataformas digitais, como os Periódicos da Capes e *Google Scholar*. Posteriormente, foram coletados dados referentes à produção científica produzida por dissertações e teses na base de informação de bibliotecas universitárias, que colaboraram para os estudos sobre Marabá, compreendendo a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Unifesspa e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Programa de Pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), da UFPA, e o Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade (PDTSA), da Unifesspa.

Os termos desigualdades e urbanização foram os priorizados para seleção de publicações científicas, pois são temas que dialogam com os possíveis impactos na geração de produção científica da inserção da universidade federal como chave explicativa para formular diagnósticos sobre as problemáticas das assimetrias territoriais e implementar propostas para o desenvolvimento regional. O filtro dos conceitos utilizado para seleção de publicações científicas considerou como baliza norteadora as principais problemáticas que estão relacionadas às desigualdades e urbanização em Marabá, como temas de pesquisa científica. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave indexadas à Marabá: indústria; migração; economia; urbanização; urbano; desenvolvimento; conflitos, conflitos sociais; conflitos agrários; mineração; cadeias produtivas; e agricultura.

O segundo passo foi a catalogação das publicações para análise de forma quantitativa, classificadas em camadas de análise: a) recorte histórico e cronológico; b) publicações por área de conhecimento; c) tipologia das publicações, definidas pelo balanço como livros, capítulos de livro, artigos científicos, tese, dissertações e monografias. Considerou-se além dos temas abordados em cada publicação, a descrição referente à identificação nas produções consultadas, a instituição de origem dos pesquisadores e a origem das revistas acadêmicas e das editoras acadêmicas por unidade federativa.

O artigo está dividido, além da introdução e considerações finais, em três seções. Na primeira foi apresentada o processo de interiorização da universidade federal como um importante arranjo institucional para o desenvolvimento territorial, potencializando a melhoria dos indicadores sociais, ampliação do cabedal cultural da população e instigando trilhas para geração de inovação tecnológica. A segunda seção apresentou as diretrizes que balizaram as ações do REUNI para a interiorização da Unifesspa, como síntese da expansão do ensino superior federal na Amazônia. Na terceira seção foi realizado o balanço das produções científicas, tendo como enfoque as desigualdades e a urbanização em Marabá.

## A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL COMO UMA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Reuni sistematizou um avanço na formulação de uma política pública para o desenvolvimento, ao considerar os indicadores de vulnerabilidade social como importantes variáveis para a *accountability* do desenvolvimento. Segundo Marques e Cepêda (2012) a universidade pública é o *locus* para a institucionalização dessa perspectiva enquanto política social para superação das assimetrias sociais em sub-regiões do interior e regiões de fronteira do Brasil. Os autores referidos defendem a implantação da universidade como alternativa para a democratização da população ao ensino superior, combinada com a tese de Sen (2000), que possibilita o empoderamento e a capacitação da população.

Nessa chave analítica apresentada, a educação foi posicionada como forma de liberdade e empoderamento por intermédio da política pública do Reuni. Segundo a tese de Sen (2000) a



educação é uma alternativa direcionada ao indivíduo para superação das privações às liberdades econômicas, políticas e sociais. De modo complementar, nesse raciocínio, Bourdieu (2012) aponta que o empoderamento pode ser compreendido como concessão de subsídios para a formação de capital cultural dos indivíduos, o que permite sua mobilização social, abrindo oportunidades e alcançando o *ethos* necessário para sobrepujar as desigualdades sociais impostas durante a trajetória do indivíduo que não possui capital cultural.

A educação, na tese de Sen (2000), possui forte capacidade de geração de empoderamento e concessão de liberdade aos indivíduos, ao ser discutida sob duas chaves analíticas. A primeira chave é o diagnóstico da pobreza que deriva da baixa capacidade de liberdade determinada pela privação dos direitos aos indivíduos, como a ausência de renda, relacionada aos quadrantes de desigualdades de gênero, que equacionadas fortalecem as desigualdades. A segunda chave para a compreensão da tese de Sen é o papel fundamental desempenhado pelo Estado na formulação de políticas públicas, que podem remover as privações de liberdade ao indivíduo. O prognóstico de Sen para a superação das privações de liberdades se dá por meio da educação, que pode ser a potencializadora da expansão de outras modalidades de liberdades dos indivíduos, como as oportunidades econômicas, políticas e sociais.

A universidade pública é posicionada como um arranjo institucional capaz de reverberar efeitos de encadeamento propagados para a redução das desigualdades territoriais. Nessa concepção, a universidade possibilita a difusão e a consolidação do “trabalho novo”<sup>2</sup> das cidades (Jacobs, 1969).

Para Rolim e Serra (2009), a concepção moderna do Sistema Nacional de Inovação, Economia e Conhecimento é articulada com vários subsistemas, como o financeiro, o aprendizado e a cultura produtiva, que centralizam as universidades como lócus das externalidades que impactam no território. O subsistema de aprendizado é fundamental para propalar o conhecimento acumulado e gerar inovação, para aumentar a competitividade da região. A cultura produtiva relaciona o grau de envolvimento dos atores sociais locais nos segmentos produtivos, estreitado pela cultura técnica dos habitantes da região pela transmissão de conhecimentos e saberes geracionais.

As instituições de ensino superior (IES) podem gerar efeitos acumulativos em duas dimensões. A primeira corresponde aos fluxos financeiros e monetários, denominados de encadeamentos para trás (*backward linkages*), que influenciam a demanda efetiva de consumo e gastos em serviços locais para o funcionamento da instituição, de estudantes e funcionários das universidades. A segunda dimensão representa a produção e difusão de conhecimento científico e tecnológico, balizado pelo ensino e pela pesquisa, com encadeamentos para frente (*forward linkages*) e forte capacidade de transformação estrutural da economia produtiva da região, dada a oferta de capital humano qualificado, infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D), conhecimentos científicos e tecnológicos (Vieira, 2017).

Segundo Vieira (2017), os efeitos denominados para frente são os de maior relevância, pois relacionam-se aos campos do ensino e da pesquisa, especificamente a dimensão da cultura, que abrange iniciativas como bibliotecas, museus, galerias de arte, centros culturais multiuso e ações extensionistas no território.

A interação entre as escalas territoriais são relevantes na percepção de Vieira (2017), visto que as diretrizes fixadas no plano nacional influenciam decisivamente as articulações com outras escalas (global e regional), com forte impacto na localidade, mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES, mobilizadas por recursos para ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) para o desenvolvimento regional e trabalho.

---

<sup>2</sup> Segundo a concepção de trabalho novo das cidades de Jacobs, corresponde a capacidade de gerar inovações que são difundidas como encadeamentos para frente nos territórios.

Camagni complementa que na relação estabelecida entre as escalas territoriais deve-se priorizar a atenção sobre a cidade, em que a competitividade está “fortemente vinculada à qualidade da formação universitária ou das empresas de consultoria de tecnologia e de gerência<sup>3</sup>” (Camagni, 2005, p. 156).

Clementino e Dantas (2014) apontam que as mudanças provocadas pela inserção do ensino superior em cidades médias e do interior podem reverberar em efeitos diretos nas atividades terciárias, como comércio, transportes, habitação, ampliação da rede de saúde. A oferta de emprego para a população do território está incluída na combinação de efeitos diretos e pode ser um importante aspecto na oferta de postos de trabalho de mão de obra qualificada. Finalmente, a formação de profissionais amplia as oportunidades na região, para fixação de jovens profissionais em postos de trabalhos qualificados.

O impacto da universidade pública na dimensão territorial e regional está relacionado com a geração de movimentos pendulares da população de estudantes. Ojima e Marandola (2012), apontam que o processo de desconcentração metropolitana realizado por intermédio da ampliação dos meios de mobilidade e comunicação redefiniu o sentido da cidade e da região, considerando as cidades médias e as pequenas, que passaram a criar vínculos pelos fluxos de deslocamento cotidianos horizontais da população.

A ampliação do número de vagas em IES em municípios do interior é um importante fator que contribuiu para a nova tendência de deslocamentos pendulares explicitada, de cidades pequenas e médias fora do perímetro metropolitano. Esse processo impactou em cidades pequenas e médias, ao ofertar vagas no IES, indo ao encontro à demanda local pelo ensino universitário. Mais do que isso, apresentou como oportunidade para a população desses locais ter acesso ao ensino superior público, antes polarizado somente nas grandes metrópoles e capitais do Brasil (Ojima & Marandola, 2012).

Desse modo, na análise de Fusco e Ojima (2017), a interiorização do ensino superior promoveu inclusão social subjacente à ampliação do acesso ao ensino superior. Nesse processo, as novas vagas de acesso ao ensino superior nos campi do interior contribuíram também para que houvesse mudança no perfil do estudante universitário, por exemplo, deixando de ser predominantemente branco. A criação de vagas em IES, incluindo as universidades federais e estaduais, proporcionou diminuição das desigualdades educacionais em relação aos critérios de raça/cor, renda e localização geográfica (interior e capital), permitindo assim a integração regional dos municípios por meio de trocas populacionais nesses municípios.

Segundo Vieira (2017), a expansão das IES realizada como política pública destinada às áreas geográficas fronteiriças e interioranas do Brasil, pode ser considerada um catalisador para destravar dois obstáculos do desenvolvimento, a concentração da educação nas grandes metrópoles e as desigualdades regionais.

## O PROGRAMA REUNI NA AMAZÔNIA E O CASO DA UNIFESSPA

O REUNI foi formulado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 como desdobramento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Em 2007, houve a adesão de 53 das 54 instituições federais de ensino (IFE) ao REUNI. O processo de expansão implementado pelo referido programa propôs às universidades públicas federais o aumento da oferta de cursos de formação de professores, de vagas nos cursos existentes e a promoção de novos formatos de cursos de graduação interdisciplinar (Brasil, 2009a).

A interiorização e a expansão das instituições federais de educação superior foram direcionadas pelas ações de assistência estudantil. A portaria normativa nº 39, de 12 de

<sup>3</sup> Tradução do espanhol feita pelos autores do artigo.



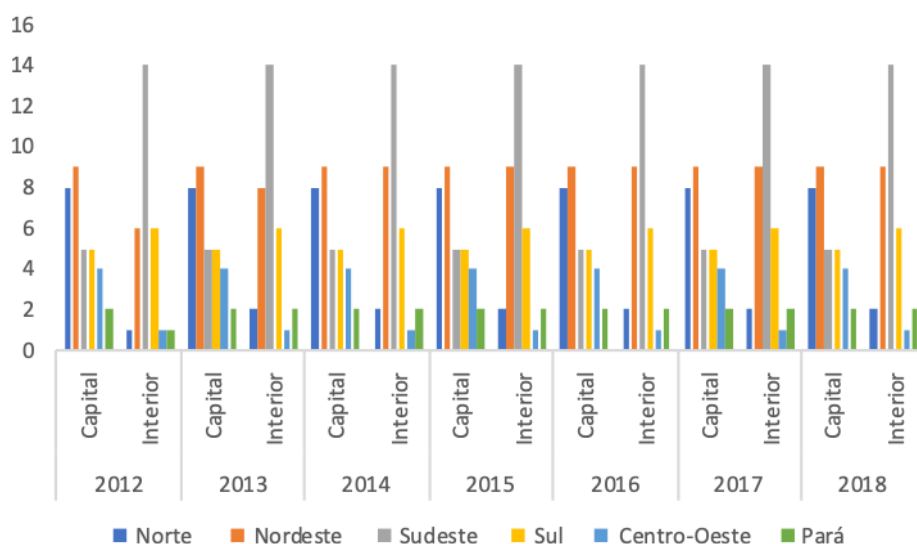
dezembro de 2007, institucionalizou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a assistência estudantil para os novos estudantes, concedeu alimentação, transporte, moradia e acompanhamento pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e serviços de creches. A portaria nº 582, de 14 de maio de 2008, regulamentou as bolsas Reuni de assistência ao ensino, para os cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. Os valores referentes às bolsas de assistência estudantil, de mestrado inicialmente eram de R\$ 940,00 e foram reajustadas no mês de junho desse mesmo ano para R\$ 1.200,00, as bolsas de doutorado inicialmente eram de R\$ 1.394,00 e passaram para R\$ 1.800,00. Foram concedidas 656 bolsas de mestrado, 352 bolsas de doutorado e 52 bolsas de pós-doutorado (Brasil, 2009a).

Acompanhando as ações de assistência, o REUNI promoveu a interiorização do ensino federal público criando novas universidades de acordo com as necessidades e vocações econômicas regionais. Foram criadas nove universidades federais, combinando diferentes modalidades: a) novas universidades, como a Universidade Federal do ABC (UFABC); b) desmembramento de duas instituições, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) nasceu de um desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); c) transformação de faculdades isoladas em universidades (BRASIL, 2009b).

A expansão da interiorização do ensino superior federal na região Norte<sup>4</sup> ocorreu tardiamente, pois houve apenas dois casos. A UFOPA que foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, e a Unifesspa criada pela lei federal número 12.824, em 2013, para atenderem as demandas por ensino superior federal no interior do Pará.

A partir de 2013 pode ser observada uma mudança no cenário através da criação e interiorização de UFES. Como fica evidente no gráfico 1, as UFES estão concentradas nas capitais das unidades federativas das regiões e a interiorização ocorreu de forma mais contundente somente na região Sudeste, permanecendo a distribuição desigual no país.

**Gráfico 1 – Brasil localização das UFES na capital e no interior**



Fonte: Sinopse INEP.

A Unifesspa foi a segunda universidade federal no interior da Amazônia, sob um quadro de concentração de universidades federais nas capitais das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em Marabá, a Unifesspa foi implementada do desmembrado da Universidade

<sup>4</sup> A região Norte abrange os seguintes estados, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.



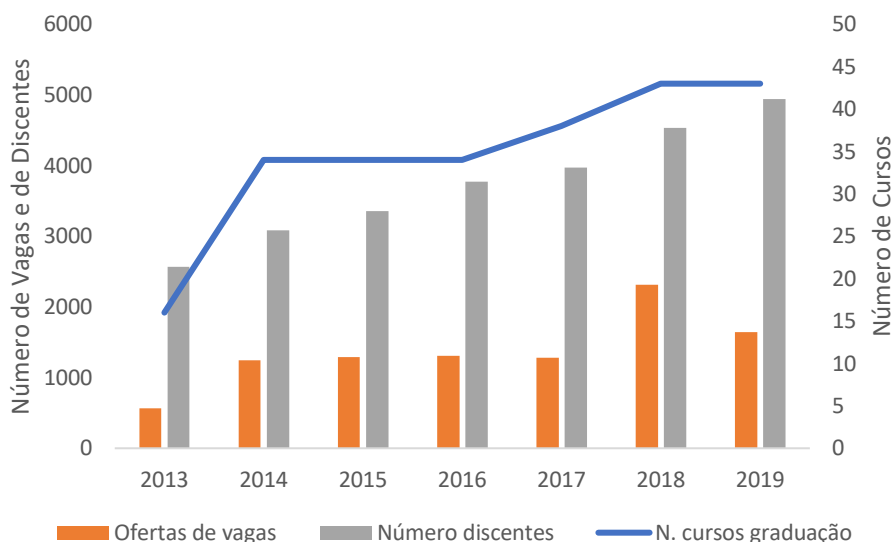
Federal do Pará (UFPA), e dividida em três unidades do Campus Marabá, e quatro novos campi nos municípios de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

A problemática em Marabá está vinculada com o seu posicionamento em relação à centralidade que ocupa em relação aos municípios do Sudeste do Pará, no qual é condicionada pelo dinamismo econômico pavimentado pela infraestrutura logística instalada que permite conectar com os ramais de exportação de *commodities* aos circuitos globais de produção. As rodovias, ferrovias, hidrovias e o aeroporto se articulam em um sistema amplo de circulação caracterizando um polo, que conecta a Amazônia ao Nordeste e Centro-Oeste. Esse sistema logístico alinhado à dinâmica produtiva de *commodities* potencializa a concentração de renda e amplifica os quadros de desigualdades territoriais (Michelotti, 2019).

Com a inauguração da UFOPA e da Unifesspa, o número de universidades federais no Pará aumentou sua presença no território, aproximando os interesses locais e regionais à educação superior. Em 2014 foram identificadas 6 universidades no Pará, sendo 5 públicas e 1 privada. Das 5 públicas (UFPA, UFOPA, Unifesspa, UFRA e UEPA), 4 são universidades federais e 1 estadual, sendo que apenas 2 IFES estão localizadas no interior do estado, a Unifesspa e a UFOPA. Até o momento o número de universidades públicas permanece no mesmo quantitativo de 2014. Apesar da implantação dessas IFES no interior do Pará, ainda há um grande descompasso na relação vagas ofertadas e demanda, os indicadores apontam para uma relação inferior de vagas ofertadas para a demanda no estado. Os dados podem ser ainda mais acentuados se comparados com as demais regiões.

No gráfico 2 é possível observar que houve o aumento do número de cursos de graduação de 16 para 43, entre os anos 2013 até 2019. Acompanha esse crescimento o aumento do número de estudantes matriculados em cursos de graduação. Há fortes constatações de que a ampliação na oferta de cursos de graduação e de ofertas em vagas, para os alunos cursarem graduação no ensino superior federal, pode ser um indicativo de que há demanda represada de discentes que concluíram o ensino médio no interior do Pará e baixa oferta de vagas em cursos superiores gratuitos.

**Gráfico 2 – Unifesspa. Número de discentes, cursos e ofertas de vagas de graduação**



Fonte: SEPLAN, 2018.

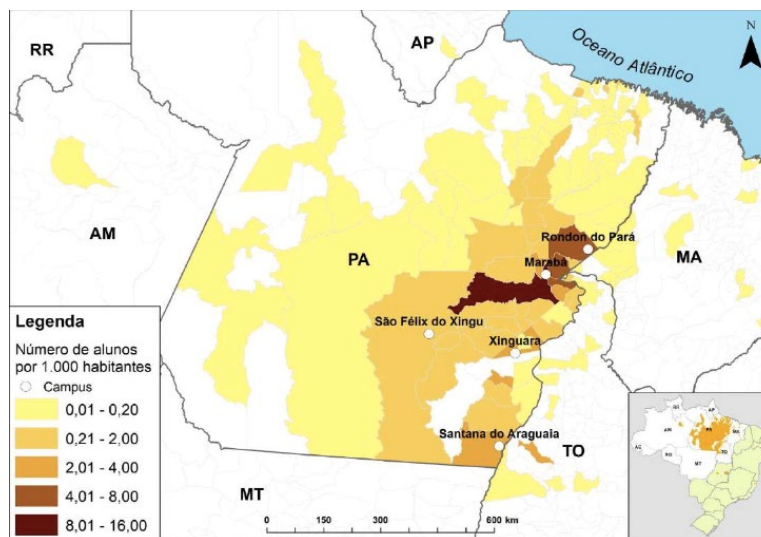
Conforme pode ser constatado na figura 1, a distribuição dos municípios de origem dos discentes matriculados na Unifesspa corresponde aos municípios em que há os campi, o que demonstra aderência da demanda local às vagas ofertadas nos cursos de graduação. Ao passo que é menor a quantidade de discentes oriundos de outros municípios do Pará, ou localizados





em outros municípios de outros estados e regiões do Brasil. Segundo a Andifes (2019) a origem dos discentes matriculados na Unifesspa contabilizados desde 2014 até 2018, se distribuem em 81,2% do Norte, 13,2% do Nordeste, 2,4% do Sudeste, 1,8% do Centro-Oeste e 0,8% do Sul.

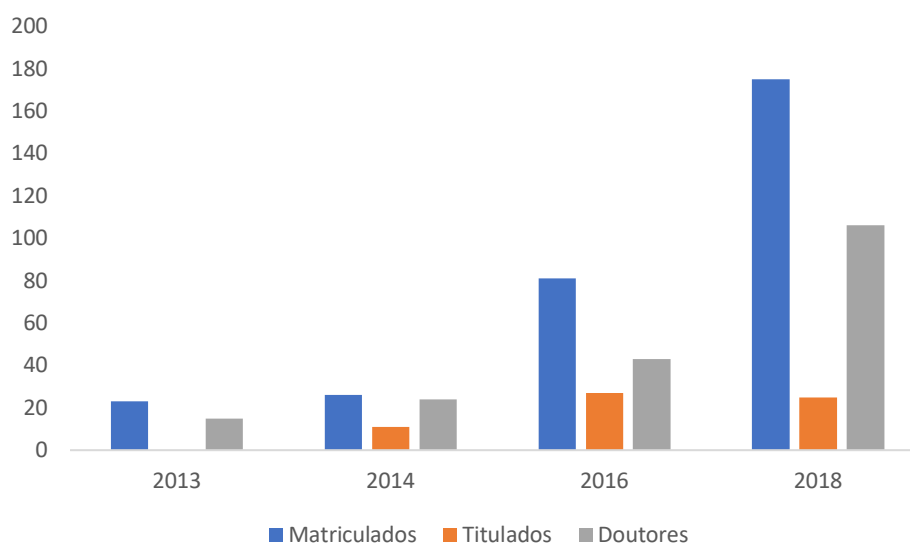
**Figura 1 - Unifesspa. Município de origem dos discentes**



Fonte: SEPLAN, 2018.

Outro aspecto relevante da implantação de uma nova instituição federal de ensino superior é a geração do cabedal do conhecimento científico pela inserção de novos docentes, articulados a pesquisas, e em cursos de graduação e programas de pós-graduação. No gráfico a seguir, foi constatado que dos anos 2013 até 2018 houve expansão do número de docentes doutores atuando em programas de pós-graduação da Unifesspa, passando de 15 para 106. Acompanhou essa tendência o número de discentes matriculados em programas de pós-graduação, passou de 23, em 2013, para 175, em 2018, e o número de discentes titulados como mestres, aumentou de 11, em 2014, para 27, em 2018.

**Gráfico 3 - Unifesspa. Número de discentes e doutores nos PPG**



Fonte: Geocapes. Consultado em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

Um elemento significativo para o apoio à produção científica são as bolsas de pesquisa, que permitem a manutenção dos discentes sem necessidade de complementação de renda. Nesse sentido, a distribuição de bolsas de pesquisa foi ampliada de 2014 para 2019, principalmente no que condiz com as bolsas temáticas em doutorado pleno, de 11 bolsas passou para 43 bolsas. Já, as bolsas de pesquisa para mestrandos aumentaram de 8, em 2015, para 26, em 2019. No agregado da quantidade de bolsas de pesquisas houve ampliação de 11 bolsas de pesquisa em 2015, para 76 bolsas de pesquisa em 2019 (GEOCAPES).

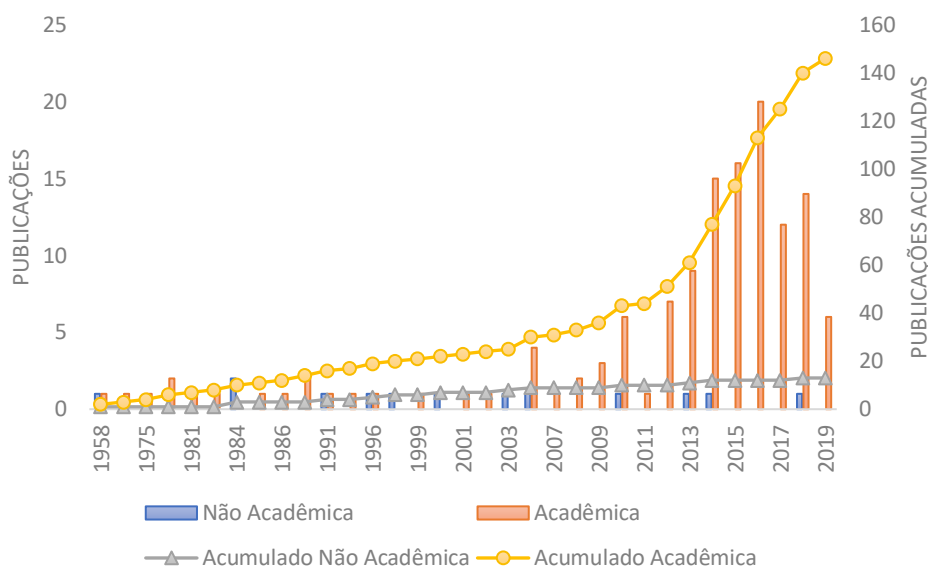
## BALANÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM MARABÁ APÓS A INSERÇÃO DA UNIFESSPA

A produção científica relacionada ao município de Marabá está em grande medida condicionada à implementação da Unifesspa. Porém, de forma pioneira o município de Marabá foi posicionado como tema de pesquisas científicas por outras instituições de ensino. Podemos apontar que houve uma primeira agenda de pesquisa que se debruçou acerca dos temas relacionados à interiorização da população e integração econômica brasileira.

A primeira publicação identificada foi registrada no ano de 1958, produzida por Catarina Vergolino Dias, intitulada “*Marabá, centro comercial de castanha*”. Esta publicação foi uma monografia apresentada no concurso de Geógrafos no Conselho Nacional de Geografia (IBGE) em junho de 1955, e publicada na Revista de Geografia Brasileira no Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). A referida publicação inaugurou a trajetória de publicações acerca dos temas supracitados sobre Marabá, no qual o recorte temporal de 1958 até 2019, registrou 146 publicações. Contudo, 13 publicações, representado por 8,90%, não são acadêmicas, pois não estão vinculadas à produção de livros e documentos científicos. Para fins deste artigo foram analisadas apenas as 133 publicações acadêmicas, publicadas por instituições de ensino e pesquisa, ou outras instituições, com caráter científico.

A distribuição temporal das produções científicas apresenta dois importantes movimentos analíticos apreciados neste artigo. O primeiro compreendeu o período de 1958 até 2010 composto por 25% do total da produção de publicações acadêmicas. O segundo período abrangeu de 2010 até 2019 e somou os três quartos do total das publicações científicas, sendo que nos últimos 5 anos dessa série histórica se concentrou a maior parcela das publicações.

**Gráfico 4 - Publicações sobre a cidade de Marabá de 1958 até 2019**



Fonte: Elaboração dos autores.



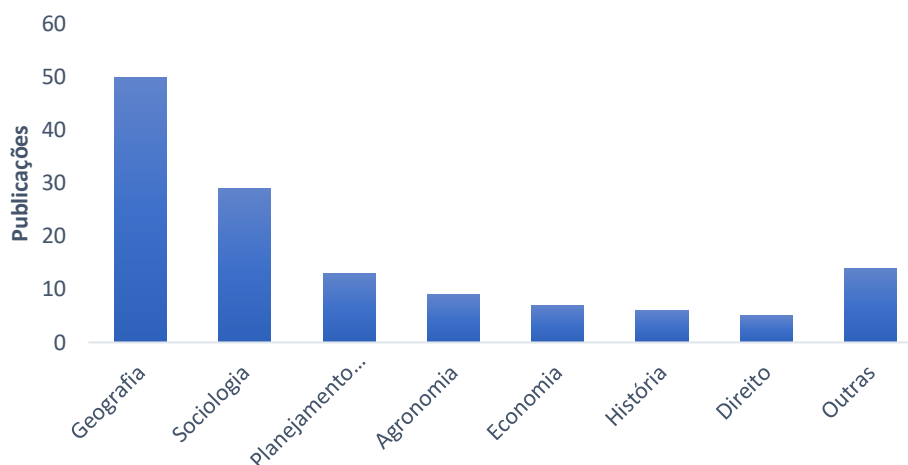
Nos anos 1980, o planejamento do governo federal por meio de programas de colonização de terras e modernização na agropecuária e os primeiros projetos de mineração na Serra dos Carajás, foram as temáticas dominantes na agenda de pesquisas que corresponderam a 6 publicações. Nos anos 1990, a agenda de pesquisa permaneceu sobre a inserção da economia de Marabá pela mineração na divisão da economia nacional, adicionada ao tema do meio ambiente, registrando 4 publicações.

Nos anos 2000, houve o aumento do número de publicações e das temáticas relacionadas ao tratamento de Marabá, foram publicadas 10 produções acadêmicas sobre: a) a gênese urbana da cidade, b) bem-estar e qualidade de vida; c) identidades culturais relacionadas com as migrações, as populações rurais e tradicionais; d) o abastecimento de água; e) o sistema municipal de escolas; f) e, mudanças políticas.

Nos anos de 2010 até 2019 houve aumento das publicações sobre as novas transformações que ocorreram em Marabá, derivadas da intensificação dos processos econômicos e sociais pela implementação de programas sociais e de crescimento econômico, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV). É notável a forte relação entre a ampliação do número de publicações a partir de 2013, em decorrência da criação da Unifesspa, como será mostrado a seguir.

O balanço das produções científicas pode ser elencado de acordo com as áreas do conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo que na Geografia houve maior percentual das publicações, com 37,59%, seguido pela Sociologia com 21,80%, o Planejamento Urbano e Regional e Demografia com 9,77%, Agronomia<sup>5</sup> com 6,77%, e as Ciências Econômicas com 5,26%, e as demais áreas com o total acumulado de 18,80% (História; Direito; Arquitetura e urbanismo; Gestão ambiental; e Pedagogia). Geografia e Sociologia foram as áreas que mais se destacaram, ao centralizar o esforço de pesquisas nos temas sobre formação urbana, conflitos territoriais, aspectos urbanos e conflitos sociais, mas também porque uma parte considerável das pesquisas têm nesses temas os seus objetos de estudo.

**Gráfico 5 - Publicações acadêmicas segundo a área de conhecimento**



Fonte: Elaboração dos autores.

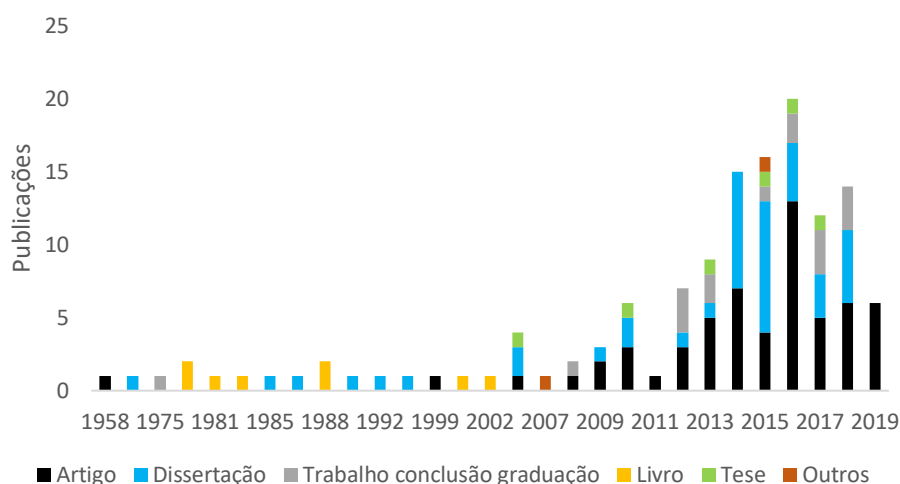
<sup>5</sup> Agronomia teve um papel fundamental no conhecimento sobre a região a partir dos estudos da EMBRAPA, destacando as temáticas sobre solos, pecuária e métodos de pastagem, e recentemente sobre culturas produtivas regionais de maior dinâmica econômica.

A área de conhecimento da Geografia publicou pioneiramente em 1958 e ocupou o maior montante das publicações devido aos estudos do IBGE, com enfoque na expansão das atividades produtivas e demografia nas décadas de 1960 e 1970, e pela inserção pioneira de cursos de geografia em Marabá, que desde 1987 posicionou a sua agenda de pesquisa a respeito da geografia urbana. Complementam as publicações as contribuições da Arquitetura e Urbanismo em 1975, Ciências Econômicas em 1985 e Planejamento Urbano e Regional em 1991.

No agregado total das publicações registradas, as maiores contribuições por área de conhecimento foram: em 2016 produziu 12 publicações, todas pertencentes à área de Geografia, se destacando com o maior número de publicações sobre a cidade; em 2018, 5 publicações estiveram no campo da Sociologia; em 2013 a área da Agronomia foi responsável por 3 publicações; e, em 2015, a área das Ciências Econômicas publicou 2 produções. É importante ressaltar que tais áreas científicas tiveram mais publicações a partir do ano de 2013, indicando uma tendência de aumento no total anual publicado.

Um dado importante na análise é a tipologia de publicações acadêmicas. As categorias levantadas foram artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC) ou monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e capítulos de livro<sup>6</sup>. A modalidade de artigos científicos se aproximou da metade do total de publicações, com 44,36%, representados por 59 publicações. As dissertações de mestrado atingiram 31,58%, contribuindo com 42 publicações. Os trabalhos de conclusão de curso foram responsáveis por 12,03%, com 16 produtos, enquanto as teses de doutorado foram 6, representando 4,51%. Foram publicados 8 livros, representando 6,02% do total. É válido reforçar que as publicações realizadas a partir de 2013 foram majoritariamente compostas pelo aumento de artigos, próximo a 30% durante a seriação histórica. O aumento das defesas de dissertações foi devido à implantação do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) em Marabá, que iniciou as suas atividades em 2012, e teve as suas primeiras conclusões de dissertações em 2014. Embora, as dissertações sempre ocuparam um papel relevante durante toda a série estudada.

**Gráfico 6 - Publicações por tipologia**



Fonte: Elaboração dos autores.

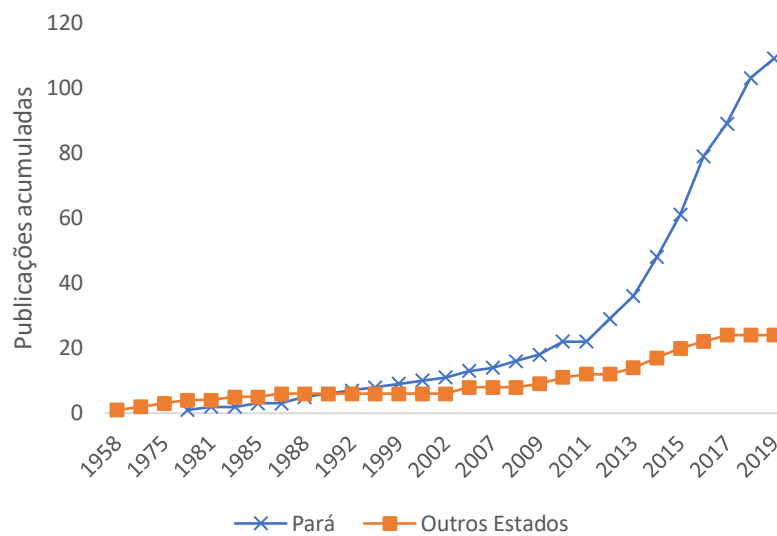
<sup>6</sup> A base construída não esgota o total de publicações sobre a cidade. A metodologia escolhida apresenta um viés sobre publicações em forma de artigos ou publicações virtuais, deixando fora publicações que precisariam de outra metodologia que complementasse a pesquisa. Em especial, para trabalhos acadêmicos de conclusão de cursos e capítulos de livro.

As teses de doutorado versaram sobre o tema das cidades médias ou pequenas, e foram defendidas nas décadas de 2000 e 2010. Embora, a ausência de programas de pós-graduação a nível de doutorado na Unifesspa, limita a inovação nas temáticas, elas possuem relevância na produção do conhecimento sobre Marabá, pois rompeu com a tendência de produção do conhecimento científico sobre as metrópoles da Amazônia, realizados em universidades localizadas nas capitais.

As teses de doutorado produzidas sobre Marabá foram: a primeira foi defendida na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2006; posteriormente, outra tese defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 2010; seguida por uma tese defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2013, sob a temática incluindo o conflito de terras na região; uma tese defendida na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em 2015; outra na UFPA em 2016; e, outra tese na Universidade do Minho, Portugal, em 2017. A maioria dos autores são atualmente docentes da Unifesspa que se afastaram das atividades de docência para realizar suas teses em universidades fora do Pará.

A origem dos pesquisadores interessados<sup>7</sup> na cidade de Marabá foi outra categoria analisada. As unidades federativas de origem das instituições dos autores e autoras foram Pará, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Do total de publicações analisadas, o estado do Pará publicou 81,95%, de 109 publicações, São Paulo 9,02%, Goiás e Minas Gerais 2,25 %, e os demais estados foram representados por 18,05% das publicações totais. Foi recorrente a vinculação dos pesquisadores aos programas de pós-graduação de fora do Pará, o que reforça a importância da interiorização e desconcentração das UFES das capitais dos estados para o interior, para a fixação de pesquisadores e docentes.

#### Gráfico 7 - Publicações acumuladas por estado da instituição do pesquisador principal



Fonte: Elaboração dos autores.

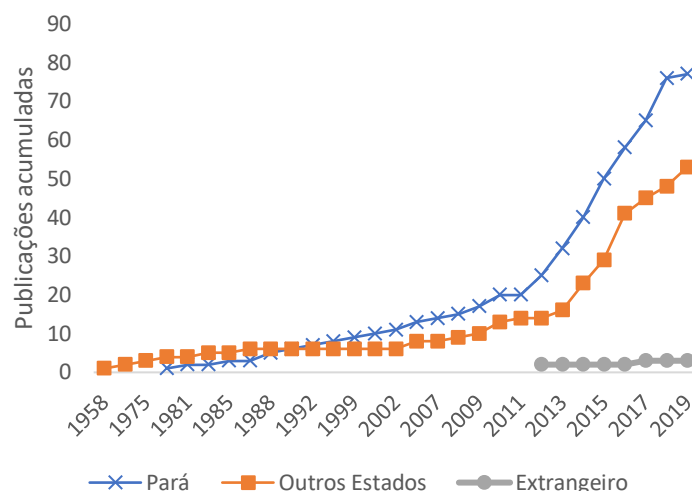
As instituições do Pará possuem importante participação relativa no agregado de produções contabilizadas. O ano de 2013 é uma importante referência devido ao aumento de publicações sobre Marabá, o que significa uma progressiva relevância nas agendas de pesquisa.

No gráfico 8, o filtro de análise da origem das editoras responsáveis pelas publicações, posicionou o estado do Pará em primeiro lugar. Porém, houve uma inflexão na tendência que ocorreu até a década de 1990, pois as publicações se concentraram fora do Pará. No total da

<sup>7</sup> Nas produções onde há mais de um autor, só foram contabilizados os primeiros.

série estudada, o Pará concentrou 57,89 % das publicações, sendo 77 produções, seguido por São Paulo com 15,78%, representada por 21, os demais estados com 24,06%, com 32, e 3 produções de editoras estrangeiras.

**Gráfico 8 - Publicações acumuladas por estado das editoras**

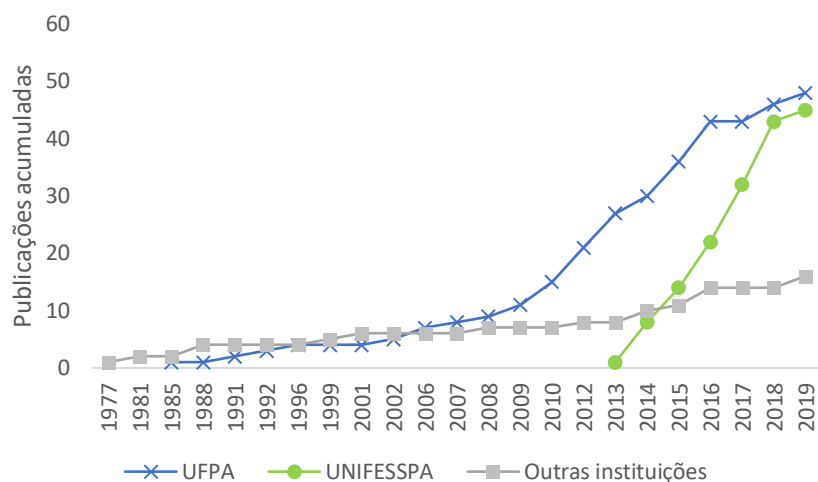


Fonte: Elaboração dos autores.

Ao todo, as IFES no Pará contribuíram com um total de 80,36% publicações durante o período analisado, sendo que a Unifesspa contribuiu com 41,28%, representada por 45 publicações, a UFPA colaborou com 44,04%, sendo 48 publicações, e outras instituições colaboraram com 14,68%, somando o total de 109 publicações.

No gráfico 9, a diferença principal está na distribuição das pesquisas ao longo da periodização histórica, com grande importância dos programas de pós-graduação da UFPA na produção científica ao longo da série. A surpresa é a produção científica da Unifesspa, contabilizando quase metade do total delas, porém aconteceram num período de 6 anos, ou seja, em um período de tempo menor do que a produção da UFPA. A produção regionalizada como descreve Becker (2007), indicaria que a Unifesspa ganhou importância para o conhecimento local.

**Gráfico 9 - Publicações acumuladas por instituições de pesquisa do Pará**



Fonte: Elaboração dos autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interiorização do ensino superior federal avançou, mesmo de forma contingenciada, na Amazônia. O caso abordado neste artigo foi referente à identificação dos temas de pesquisas após a implementação da Unifesspa. De acordo com a abordagem da literatura, podem ser retomados dois importantes aspectos que resultam desse processo: a) Sen (2000) posiciona a educação como provedora de empoderamento e capacitação dos indivíduos por intermédio da formulação e gestão de política pública pelo Estado; b) Santos (1996) ressalta o impacto do espaço técnico-científico-informacional na alteração da produção de conhecimento, com a inserção de universidades em municípios fora do circuito das metrópoles. Ambas as contribuições dos referidos autores podem ser aplicadas para o caso da Unifesspa em relação à produção do conhecimento científico referenciado pelas características do território no qual ela está inserida, possibilitando identificar balizas para o desenvolvimento.

A Unifesspa avançou quantitativamente nos últimos anos, com destaque para a formação de capital humano qualificado na região, ampliou para 43 o número de cursos de graduação, absorveu 81,2% dos discentes oriundos da região Norte. Porém, a formação de uma agenda de pesquisa vai para além das graduações, exige como pressuposto o pacto republicano das instituições, nesse caso da Unifesspa com os atores sociais, ampliando o acesso da população aos direitos sociais e reverberando essa ação em forma de sistematização da produção científica e a sua aplicação nos territórios das comunidades.

É possível relacionar retomando Vieira (2017) que os efeitos gerados pelas universidades federais em seu processo de interiorização resultaram em dois processos, encadeamentos para trás (*backward linkages*) e os encadeamentos para frente (*foward linkages*). No caso dos encadeamentos para frente podemos inferir, mesmo em estágio inicial, a Unifesspa mobiliza importantes potencialidades para a produção e difusão de conhecimento científico, que pode ser convertido em tecnologia para aplicação na sociedade.

Os dados apresentados no artigo mostram a importância da interiorização da universidade para o Brasil, no que tange principalmente às regiões periféricas. Esse processo mobilizou importantes potencialidades, fundamentadas pela formação e capacitação de recursos humanos e a produção de conhecimento sobre a caracterização das assimetrias territoriais. De forma análoga aos benefícios em infraestrutura, recursos, qualificação profissional especializada, formação de estudantes, a universidade repercute na criação de conhecimento que circula na área científica das ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Conhecimento que tem muitos mecanismos de serem difundidos fora da universidade na própria cidade ou região, em especial a partir da saída dos titulados.

Dentro desse escopo, este artigo apresenta o processo da produção científica em um primeiro momento com ausência da Unifesspa em Marabá, e posteriormente os resultados alcançados após a inauguração da Unifesspa. Apesar desse processo representar um caso em específico, ele pode ser reverberado em novas pesquisas para outros casos no Brasil, de modo que possa constituir uma agenda de pesquisas, buscando relacionar os impactos gerados a partir da produção do conhecimento científico sobre o território, a mesorregião e a região no qual foi implementada a instituição de ensino superior. As publicações realizadas pelas pesquisas que resultaram em monografias, dissertações e artigos científicos na Unifesspa permitiram o aumento substancial da produção intelectual. Essa condição foi gerada pela expansão de infraestrutura e na inauguração de novos cursos de graduação e pós-graduações, porém ainda permanece uma lacuna no desenvolvimento institucional da Unifesspa, a criação de novos cursos de pós-graduação em relação a mestrados e principalmente doutorado.

A formação de futuros temas de pesquisa possui como lastro, na produção científica de teses, dissertações, monografias, artigos, capítulos de livros e livros, o conhecimento consolidado pelas duas áreas de conhecimento mais predominantes, ou seja, a da Geografia e



as Ciências Sociais. Esse fato nos possibilita recomendar como importantes agendas de pesquisas a urbanização que está relacionada ao avanço do agronegócio e à extração de mineração, sob o desmatamento e conflitos territoriais em comunidades tradicionais e indígenas, de Marabá e municípios em suas adjacências, complementados pela valorização das terras a partir dos loteamentos para novos condomínios. As pesquisas sobre desigualdades socioeconômicas perpassam por diferentes áreas do conhecimento científico, porém, se consolidaram com os esforços dos(as) pesquisadores(as) das Ciências Sociais.

A formação de novos profissionais pela Unifesspa abre uma agenda de pesquisa qualitativa que daria continuidade à pesquisa que resultou neste artigo. Consistiria em averiguar em que medida os discentes da Unifesspa têm permanecido na região, se inserindo no mercado de trabalho. Compreendendo que a permanência dos profissionais qualificados são parte imprescindível do desenvolvimento do município.

Por fim, esta pesquisa, publicizada neste artigo, faz parte de uma agenda maior do qual estão vinculados os(a) pesquisadores(a), sobre os impactos da Unifesspa nos municípios do Sudeste do Pará. Evidentemente, este artigo possui limitações referente à atualização de dados relacionados aos indicadores sociais, como IDHM, e os relacionados ao Censo Educacional realizado pela Unifesspa. Outro flanco que possui limitações, porém, sem limitar os resultados deste artigo, é referente ao escopo da produção acadêmica, uma vez que foi preciso delimitar o enfoque para buscar os resultados, sem perder a objetividade do artigo. Nas próximas etapas de pesquisa serão aperfeiçoados os filtros de análise da produção científica, permitindo ampliar o escopo analítico, referendando possíveis estudos sobre a relação com a formulação de políticas públicas nos municípios, como fundamento para superação das desigualdades territoriais e regionais.

## REFERÊNCIAS

Becker, B. (2007). Síntese da Produção Científica em Ciências Humanas na Amazônia: 1990-2002. In W. M. da Costa, B. K. Becker, & D. S. Alves (Eds.). *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia* (pp. 13-38). EdUSP.

Bourdieu, P. (2012). *Escritos de educação*. São Paulo: Vozes.

Brasil. Ministério da Educação. (2009a). *Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano*. Retrieved from [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192)

Brasil. Ministério da Educação. (2009b). *Universidade, Expandir até ficar do tamanho do Brasil*. Brasília, DF.





Clementino, M. L., & Dantas, J. (2014). A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/Campus de Pau dos Ferros (RN). *Revista Política e Planejamento Regional*, 1(2), 227-236.

GeoCAPES. (n.d.). Retrieved from <http://geocapes.capes.gov.br/geocapes2/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Regiões de Influência das Cidades: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). *Sinopse estatística da Educação Superior*. Retrieved from <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Jacobs, J. (1969). *The economy of cities*. New York: Vintage Books.

Marques, A. C., & Cepêda, V. A. (2012). Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Revista Perspectiva*, 42, 161-192.

Melo, A. C. C. de. (2014). *Modernização e transformações recentes nos processos intra-urbanos no sudeste do Pará* (Master's thesis). Universidade Federal do Pará.

Ojima, R., & Marandola, E. (2012). Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: Dispersão Urbana e reflexiva na Dinâmica regional não metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 14(2).

Rolim, C., & Serra, M. (2009). Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 3(1).

Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.



- SEPLAN, Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Institucional UNIFESSPA. (2018). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2019*. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Retrieved from <https://www.unifesspa.edu.br/images/documentos/PDI-2014-2019-Unifesspa.pdf>
- Serra, M. A., & Rolim, C. F. C. (2013). Desenvolvimento e Engajamento Regional: O Papel das Universidades. In R. L. L. da Silveira (Ed.), *Observando o Desenvolvimento Regional Brasileiro: Processo, Políticas e Planejamento*. Santa Cruz do Sul: UNISC.
- Souza, M. V. M. (2015). *O projeto Alpa e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade mercadoria e as desigualdades socioespaciais* (Doctoral dissertation). Universidade Federal de Uberlândia.
- Vieira, D. (2017). Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In A. Monteiro, C. N. Castro, & C. A. Brandão (Eds.), *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Brasília: Ipea.
- Zambello, A. (2013). Universidades Federais Brasileiras e o Impacto Regional do Reuni. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 3, 246-267.